FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA
ITAMAR MACÊDO

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: o fluxo de caixa como ferramenta na tomada de decisão em uma micro empresa em Chapadinha - MA, com estudo de caso da empresa Cia do Trigo

Chapadinha
2014

ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA
ITAMAR MACEDO

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: o fluxo de caixa como ferramenta na tomada de decisão em uma micro empresa em Chapadinha - MA, com estudo de caso da empresa Cia do Trigo

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Faculdade do Baixo Parnaíba como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Profº Esp. Hudson de Sousa Bastos

Chapadinha
2014

ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA
ITAMAR MACEDO

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: o fluxo de caixa como ferramenta na tomada de decisão em uma micro empresa em Chapadinha - MA, com estudo de caso da empresa Cia do Trigo

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Faculdade do Baixo Parnaíba como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovada em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____
Profº Hudson de Sousa Bastos(Orientador)
Especialista em Gestão Escolar
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____
1º Examinador

_____
2º Examinador

A Deus

A nossa família.

"*Finanças é a arte e ciência de administrar o dinheiro".*

(Gitman)

RESUMO

O fluxo de caixa e sua utilização surgiram da necessidade dos gestores em ter um bom instrumento capaz de atender às exigências de seus usuários, contribuindo na gestão financeira, visto que em uma economia estável como a do Brasil, a gestão do caixa influencia diretamente na capacidade de pagamento e nos resultados das empresas. A temática abordada se desenvolve a partir da questão da dificuldade em sua implantação nas pequenas e médias empresas pela escassez de conhecimento e habilidade dos administradores. Sendo assim, o objetivo deste estudo a princípio, foi entender o fluxo de caixa, abordando sua relevância nas empresas, com objetivo geral de mostrar esse instrumento como um auxiliador nas tomadas de decisões e de melhoria dos recursos financeiros. Observa-se que a implantação de sistemas integrados de informações *(software)* é fundamental para a avaliação e acompanhamento no êxito de seus resultados, pois um controle eficiente permite uma constatação prévia das necessidades ou sobras de caixa no curto prazo, ajudando o gestor a planejar o seu negócio, podendo selecionar o uso de linhas de créditos menos onerosas ou aplicar suas disponibilidades da melhor forma. Cada empresa adotará a melhor escolha do modelo e da periodicidade o que deve ser feito, segundo as necessidades da empresa. O sistema de fluxo de caixa é um instrumento de gestão financeira podendo ser utilizada em todas as empresas, não importando o seu porte. Sua implantação ajuda no processo administrativo e financeiro, as medidas feitas certamente levarão a melhores resultados com a manutenção do fluxo de caixa equilibrado, boa rentabilidade, baixa inadimplência e um maior controle sobre as despesas.

Palavras-chave: Fluxo de caixa. Gestão financeira. Capital de giro. Investimento de capital.

ABSTRACT

The cash flow and their use arose from the need for administrators to have a good tool to meet the demands of its users, contributing to the financial management, whereas in a stable economy such as Brazil, the cash management directly influence the ability Payment and enterprise results. The selected theme is developed from the issue of difficulty in their deployment in small and medium enterprises lack the knowledge and skills of managers. Thus, this study aimed at first consists in understanding cash flow, addressing its importance in business, with overall objective of demonstrating this tool as a helper in decision making and improved financial resources. It appears that the implementation of integrated information systems (software) is essential for assessing and monitoring the success of their results as an efficient control allows a preliminary finding needs or cash surplus in the short term, helping the manager plan better your business and can select to use less expensive credit lines or use / apply their availabilities in the best way. Each company will adopt the best model choice and timing what should be done, according to the company's needs. The system of cash flows is a financial management tool can be used in all businesses, no matter their size. Its implementation assists in administrative and financial procedures, measures will certainly lead to good results with keeping the cash flow balanced, good returns, low default and greater control over expenditure.

Keywords: Cash Flow. Financial management. Working capital. Capital investment.

LISTA DE SIGLAS

APT	*Arbitrage Pricing Theory*
BACEN	Banco Central
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BC	Banco Central
BCB	Banco Central do Brasil
CCL	Capital Circulante Líquido
CEF	Caixa Econômica Federal
CNPJ	Cadastro Geral de Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro Pessoa Física
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamento Contábil
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COPON	Comitê de Política Monetária
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DOAR	Demonstrativo de Origem e Aplicação de Resultados
FEA	Faculdade Econômica de Administração
IAS	Norma Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IR	Imposto de Renda
MA	Maranhão
ME	Micro Empresa
PIS	Programa de Integração Social
RG	Registro Geral
S/As	Sociedades Anônimas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo

SUMÁRIO

		p.
1	**INTRODUÇÃO**.....	10
2	**HISTORICO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**.....	13
2.1	**Administração financeira**: conceitual.....	15
2.2	**Gestão financeira no Brasil**.....	16
2.3	**Importância da administração financeira**.....	17
2.4	**Formação do administrador e alguns conceitos contábeis**.....	18
2.5	**Objetivos da administração financeira**.....	19
3	**FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**.....	21
3.1	**Finanças corporativas e sua evolução**.....	22
3.2	**Relação entre finanças e contabilidade**.....	24
3.3	**Administração financeira e a globalização**.....	25
3.4	**Administração de caixa**.....	26
3.5	**Estabelecendo os conceitos**.....	26
4	**MERCADO FINANCEIRO**.....	28
4.1	**Histórico do mercado financeiro**.....	28
4.2	**Tipos de mercado**.....	30
5	**SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**.....	33
6	**CONHECENDO CONCEITOS E OBJETIVOS DO FLUXO DE CAIXA**....	35
6.1	**O fluxo de caixa e sua estrutura**.....	37
6.2	**Métodos de demonstração do fluxo de caixa**.....	38
6.3	**O fluxo de caixa e sua relevância**.....	40
7	**PLANEJAMENTO, CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NAS MICRO EMPRESAS**.....	42
7.1	**Manutenção adequada do fluxo de caixa**.....	44
8	**RELATO DE CASO E COMENTÁRIOS ADICIONAIS NECESSÁRIOS**	47
8.1	**Apresentação e análise dos dados da empresa**.....	47
8.2	**Histórico da empresa**.....	48
8.3	**Projeções de pagamentos**.....	48
8.4	**Apresentação do relatório de fluxo de caixa da S. M. F. da Silva Comércio de Gêneros Alimentícios – ME – Cia do Trigo**.....	49
8.5	**Discussão**.....	49
9	**CONCLUSÃO**.....	57

REFERÊNCIAS..... 60
APÊNDICE..... 63

1 INTRODUÇÃO

A importância social e econômica das micro e pequenas empresas no Brasil são incontestáveis. Em decorrência das oscilações econômicas, nas últimas décadas, das influências da política econômica internacional e recentemente, em função dos novos arranjos estruturais do mundo do trabalho, a importância dos pequenos negócios para a economia e estabilidade interna do país teve um aumento significativo.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), excluindo-se o setor governamental, a quantidade de micro e pequenas empresas no setor formal urbano resultam num montante de 4,88 milhões de unidades, representação acima de 99% das empresas formais urbanas do País. Estas, assim, empregam mais de 56% da força de trabalho no setor formal urbano. Já no setor formal rural, a quantidade de micro e pequenas empresas são de 4,1 milhões (IBGE, 2013). Com base nesses dados e observando que na economia informal as micro e pequenas empresas gira em torno de 9,5 milhões de empreendimentos que empregam de 1 a 5 funcionários, percebe-se o quanto é forte e como são importantes os pequenos empreendimentos para a economia brasileira.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que se observa o crescimento e a valorização dos pequenos empreendimentos, constata-se também, o número de falências registradas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) ainda é bastante elevado, pois o despreparo dos empreendedores associado à má administração dos negócios é considerado o grande motivo que leva ao insucesso de um grande número de micro e pequenas empresas no Brasil.

Nesse sentido, a maioria dos pequenos negócios encerra suas atividades simplesmente por não terem um bom planejamento das ações de gerenciamento das atividades da empresa. De acordo com pesquisa feita pelo SEBRAE (2007), a taxa de mortalidade destas empresas é aproximadamente 59,9% nos primeiros quatro anos de existência. A maioria delas tem como principal motivo de falência a falta de conhecimento no gerenciamento empresarial. Dessa forma, a gestão de finanças é uma das áreas mais problemáticas. A ausência de planejamento quanto ao uso e aplicação dos recursos financeiros e a ausência ou deficiência quanto aos

registros são alguns dos pontos negativos que fazem com que os pequenos negócios passem por problemas na área financeira, conduzindo-os, várias vezes, à inadimplência e à busca de crédito. Sem bases sólidas de gestão, estas ações se tornam um grande agravante da situação.

Ainda de acordo com SEBRAE (2007), um dos fatores que levam a falência dessas empresas é a falta de capital de giro entre outros problemas financeiros. Estes impedem que, em determinados períodos, a empresa atue com insuficiência de caixa, trazendo problemas ao cumprimento de compromissos de curto prazo. Porém, para planejar a utilização do capital e identificar possíveis problemas relacionados à gestão dos recursos financeiros é preciso adotar de forma sistêmica uma série de instrumentos financeiros que ajudam na gestão da empresa. Como exemplo, podemos mencionar o Fluxo de Caixa, um poderoso instrumento de finanças o qual orienta na tomada de decisão na empresa e norteia o planejamento empresarial.

Os demonstrativos contábeis são utilizados para análise financeira, econômica e patrimonial da empresa, todavia não mostram como ela gerencia seu fluxo de caixa. O aumento da complexidade do processo administrativo leva os gestores a buscarem alternativas que ajudem a gestão financeira cotidiana dos empreendimentos.

Na atual economia, planejar o fluxo de caixa é essencial para a saúde financeira das empresas. O Brasil tem uma grande vantagem, as baixas taxas de inflação, no entanto possui juros bancários elevados. O fato é que a maioria das pequenas e médias empresas depara com problemas que no primeiro momento podem parecer somente de ordem financeira, mas que, numa análise mais minuciosa, podem mostrar problemas de origem de dificuldade financeira.

Nesse contexto, a intenção deste estudo, em termos de acréscimo ao conhecimento existente, se propõe a mostrar a importância do fluxo de caixa e abordar os empecilhos oriundos da falta de sua utilização em algumas empresas. Busca-se estabilidade financeira, viabilizando soluções com planilhas e sistema de software integrado que ajudem os gestores no processo de tomada de decisão.

Atualmente, no mundo dos negócios, problemas como a entrada no cheque especial, empréstimos, descontos de cheques com taxas altas, entre outros são relacionados à falta de capital, imprescindível saber o montante de dinheiro necessário em caixa na hora exata para cumprir com as obrigações, sem precisar de

empréstimos que custam caro para as empresas. É indispensável, portanto, uma solução profissional para solucionar os problemas do fluxo de caixa.

No presente trabalho monográfico, os estudos são baseados na revisão bibliográfica de diversos autores, utilizando as Leis inerentes da legislação brasileira e trazendo as informações coletadas para a realidade das micro empresas. A aplicabilidade do fluxo de caixa nestas empresas viabilizará maiores benefícios e resultados, melhorando a gestão dos recursos financeiros.

2 HISTÓRICO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Até o Século XX, a Administração Financeira não era considerada como um campo distinto de estudo, mas sim parte integrante da Ciência Econômica. Foi somente no início do Século XX que esse campo da Administração recebeu uma atenção especial por estar associado aos grandes movimentos de consolidação e fusão de empresas nos Estados Unidos, refletindo seus desdobramentos no campo da gestão financeira.

De acordo com Vital (2013, grifo do autor):

> Na década de 1920, com o advento de nova legislação americana, que obrigou as empresas a divulgarem seus dados financeiros ao público em geral (mercado), tornou-se importante o estudo da estrutura financeira das empresas. (composição ideal dos passivos totais). Essa importância foi reforçada, também, em decorrência de inovações tecnológicas e do surgimento de grandes indústrias, resultando na necessidade de obtenção de fundos para seus novos investimentos.

Devido aos avanços tecnológicos, todo esse processo ocorreu havendo grande mudança na economia e fornecendo uma visão diferente e moderna no mercado financeiro. Devido às novas necessidades econômicas, novos mercados surgiram e fusões de grandes empresas foram feitas. A partir daí, vários fatores foram responsáveis pela implantação do estudo da administração financeira. Em 1930, começou a disponibilizar recursos financeiros de curto prazo, havendo mudanças na atual estrutura financeira, causando reboliço na economia e com isso trazendo as técnicas da Administração Financeira para avaliar os impactos da estrutura de capital no ambiente externo e consequentemente mudanças na política financeira. Para Weston e Brigham, (2000, p. 6). “Na década de 1930, a ênfase estava na falência e reorganização, liquidez empresarial e regulação dos mercados de títulos”.

Em 1940, a gestão financeira teve maior preocupação em relação ao planejamento de curto prazo, no capital de giro e financiamento de novos produtos. Os Estados Unidos foi o país em que isso mais ocorreu, devido às necessidades relacionadas com a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Continuaram-se então os mesmo processos adotados pela administração financeira desde seu

aparecimento. Sua teoria foi repassada apenas de modo descritivo, vista de um ponto não caracterizado pelos próprios da administração, mais sim, por pessoas que estavam fora dos processos administrativos na época.

Segundo Weston e Brigham (2000) o início da década de 1950 foi de rápida expansão econômica, com o acelerado crescimento das empresas, associado a uma depressão dos mercados de capitais (incertezas no ambiente global em face da Guerra Fria entre EUA e URSS). No decorrer dessa década, houve grande interesse pelo orçamento de capital, pelos métodos de avaliação de investimento e pelas políticas de dividendos.

A década de 1960 se iniciou com a redução das oportunidades de lucros, tendo em vista o ambiente altamente competitivo que estava por vir. São aperfeiçoados os trabalhos sobre custo de capital e as técnicas de planejamento e controle de custos – quando surge a figurado Controller, para harmonizar os patamares de lucratividade nas organizações. Além disso, com o avanço da tecnologia e com a utilização da informática, novos sistemas de informações foram desenvolvidos, facilitando o processo de tomada de decisões financeiras nas empresas, desde planilhas de cálculo até sistemas sofisticados de gerenciamento eletrônico. Portanto, na década de 80 a análise foi inclusa e propagada:

> A inflação e seus efeitos sobre as decisões das empresas; a desregulamentação de instituições financeiras e consequente tendência para companhias de serviços financeiros bastante diversificados; a ampla utilização de computadores para analise e transferências eletrônicas de informação; e a maior importância dos mercados globais e das operações empresariais (WESTON; BRIGHAM, 2000, p. 6).

Ainda em 1980, houve o aparecimento de três abordagens: abordagem tradicionalista; administrativa e mista. A abordagem tradicionalista tratava das técnicas financeiras e suas características. As maiores empresas na época que eram visadas. Fundamentava-se “nas técnicas de financiamento externo e na reorganização das sociedades anônimas para as fusões e incorporações empresariais” (VITAL, 2013). Já a abordagem administrativa está mais voltada para assuntos específicos e singulares, como: controle do orçamento, valor dos produtos ou serviços, fluxo de caixa, as despesas da empresa e tudo que estiver direcionado

a essa área que é mais técnica. A abordagem mista é praticamente a fusão das duas primeiras abordagens, sendo que esta é sustentada pela teoria econômica que faz parte do planejamento financeiro, que são os proprietários.

Nesse contexto, a partir de 1990 a Administração Financeira ganhou um ápice, devido à contínua globalização e ao avanço tecnológico revolucionário, fazendo com que, as tomadas de decisões fossem feita de maneira rápida e eficiente.

Descreve Weston e Brigham (2000, p. 7, grifo do autor):

> As empresas terão rede de computadores pessoais ligados um ao outro, aos próprios computadores mainframe e aos computadores de clientes e fornecedores. Dessa forma, os gerentes financeiros serão capazes de partilhar dados e programas e ter encontros “face a face” com colegas distantes por meio de teleconferências. A capacidade de processar e analisar dados em tempo real também significa que analise quantitativa serão usadas rotineiramente para “testar” cursos alternativos de ação.

A partir dos avanços tecnológicos, houve mudanças consideráveis na Administração Financeira. A rápida troca de informações entre empresas fez uma consolidação de técnicas administrativas, que antes não eram compartilhadas, facilitando assim, todo o mundo financeiro, desde a aplicação da nova legislação americana, até os dias atuais mantendo-se uma estrutura financeira capaz de suprir e organizar todos os processos financeiros do mercado.

2.1 **Administração financeira**: conceitual

Refere-se a um conjunto de normas e práticas aplicadas tanto em empresas abertas e fechadas, grandes ou pequenas, podendo elas ter fins lucrativos ou não. Ela possibilita as empresas de terem uma visão sobre suas atividades operacionais e todo o processo que envolve financeiramente o futuro da empresa, Gitman (2010, p. 3, grifo do autor) e ainda define também que:

> [...] **finanças** pode ser definido como “a arte e a ciência de administrar dinheiro”. Praticamente todas as pessoas físicas e jurídicas ganham ou levantam, gastam ou investem dinheiro. Finanças diz respeito ao processo, às instituições, aos mercados e aos instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre pessoas, empresas e órgão governamentais.

Nesse sentido, a administração financeira faz parte direta e indiretamente da vida das pessoas, empresas e instituições de modo geral, mesmo não sendo aplicada de maneira formal, ela viabiliza todos os processos financeiros.

Todo profissional da área de finanças, deve interagir-se com todos os processos, setores, e pessoas envolvidas na empresa. A sua tomada de decisão dependerá das informações obtidas das demais áreas, e de pessoas que estão a par, de suas funções e responsabilidades específicas. É um conjunto que deve ser levado em consideração, pelo administrador financeiro, visando à análise, de todos os detalhes importantes, indispensáveis para a tomada de decisões.

Para Gitman (2010, p.8):

> [...] ao avaliar um novo produto, o gerente financeiro precisa obter da equipe de marketing previsões de vendas, diretrizes de precificação e estimativas de publicidade e promoção. A função de administração financeira pode ser genericamente descrita por meio de seu papel na organização, de sua relação com a teoria econômica e as ciências contábeis e das principais atividades do administrador financeiro.

Segundo Gitman (2010), para o profissional que atua na área de finanças, a contabilidade é uma das principais fontes de informações, pois o setor contábil é o responsável pela obtenção de dados, que auxiliam o administrador financeiro, nas soluções de problemas, ou prevenção deles. A diferença entre contabilidade e a área de finanças, é que a contabilidade, fica mais na coleta de dados financeiros, e os administradores avaliam esses dados, tomando decisões a partir daí.

2.2 Gestão financeira no Brasil

Com o decorrer dos anos, as teorias sobre finanças vêm crescendo de forma significativa. Se entendermos que as teorias sobre finanças são recentes, sendo discutidas com mais liberdade a partir dos anos 20 do século XX. A cada dia novas teorias vêm estão aplicadas no mundo empresarial com êxito, contribuindo para a excelência dos resultados financeiros das empresas. Ferramentas como *Hedge*[1], *Swap*[2] são teorias novas e que tendem a serem as grandes estrelas dos próximos anos no mundo financeiro.

[1]É um movimento de proteção ou estratégia para diminuir o nível de risco de uma determinada posição.

Mas no Brasil, alguns pontos devem ser levados em conta quando se fala em finanças. Como toda economia que não está estabilizada, em que o controle da inflação é recente e as políticas econômicas são deficientes na transmissão total de confiança aos investidores de longo prazo, algumas características devem ser destacadas como as taxas de juros subsidiadas, taxas de juros de longo prazo menores que as taxas de curto prazo, falta de investimento de longo prazo pelos investidores, exceto de instituições governamentais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nessas condições de falta de recursos de maior maturidade, o afogamento em dívidas da empresa brasileira vem se concentrando no curto prazo, diminuindo a folga financeira e sua capacidade de crescimento em condições de equilíbrio. Na convivência com essa estrutura, as empresas reiteram sua opção por capitalização, não privilegiando a competitividade e sim sobrevivência financeira.

Além desses fatores, outros também devem se considerados. Nosso mercado de capitais não está completamente solidificado, tendo uma concentração maior de papéis em investidores institucionais.

Outra característica a ser considerado no Brasil é que as taxas de juros são definidas pela fonte de financiamento e não pelo risco oferecido pela operação.

Apesar de tudo isso, várias empresas do mercado brasileiro vêm conseguindo transpor estes muros impostos por um mercado ainda imaturo e desregulado, conseguindo ser competitivas internacionalmente com resultados bem satisfatórios.

2.3 Importância da administração financeira

A Administração Financeira pode ser usada nos mais diversos tipos e tamanhos de negócios, da micro a grande empresa. Podendo ela ser governamental ou não. Sua importância é dar apoio e suporte para os tomadores de decisões, oferecendo-lhes ferramentas adequadas para melhor administração dos processos da empresa.

Segundo Weston e Brigham (2000, p.5):

---

[2]Significa, literalmente, "permuta" e que designa o processo de crédito recíproco ou empréstimos recíprocos entre bancos, em moedas diferentes e com taxas de câmbio idênticas.

> [...] importante em todos os tipos de negócios, incluindo-se bancos e outras instituições financeiras, bem como indústrias e empresas varejistas. Elas também são importantes em operações governamentais e escolares.

2.4 Formação do administrador e alguns conceitos contábeis

Os gestores devem ter maior interesse nos dados contábeis, pois a profissão necessita de um alto grau de análise e conhecimento, e ainda são considerados agentes responsáveis pela tomada de decisões. Para Gitman (2010), uma das principais diferenças entre contabilidade e finanças está relacionada à tomada de decisões. Os contadores dedicam-se à coleta e apresentação de dados financeiros, já os administradores analisam as demonstrações contábeis, e criam mais dados a partir delas e então tomam as suas decisões.

O autor mostra que essas afirmações não significam que os contadores jamais tomem decisões, ou que os administradores nunca coletem dados, apenas significa que o foco principal das duas atividades é bem diferente. A contabilidade para a função do administrador gera informações, além das demonstrações básicas, como Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado, ela possibilita um fluxo contínuo de informações sobre os aspectos mais diversificados da gestão. O administrador que bem administra as informações contábeis e conhece suas limitações, detém uma poderosa ferramenta de trabalho que lhe permite tomar decisões olhando um futuro mais seguro, bem como conhecer a situação existente e a possibilidade de fracasso ou sucesso de suas decisões passadas. (EQUIPE..., 2006).

As informações contábeis gerenciais podem auxiliar os gestores por meio de medidas da situação econômica da empresa, como as de custo e lucratividade dos produtos, dos clientes, dos serviços e das atividades da mesma. Além disso, a informação gerencial contábil é um dos meios primários pelo qual os funcionários, os gerentes e os executivos recebem retorno sobre os seus desempenhos possibilitando um maior aprendizado e uma melhor performance no futuro (VASCONCELOS, 2011).

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, cabe ao administrador, determinar a política de atuação da contabilidade na organização. Toda organização deve estabelecer uma política contábil que resulte em

demonstrações contábeis, que contenham informações relevantes e confiáveis sobre todas as transações ou outros eventos que a empresa participou. O Item de nº 10 do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) de nº 23 determina que, na ausência de Pronunciamentos, Interpretação ou Orientação à administração da empresa deve exercer seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil fornecendo informações que sejam relevantes para a tomada de decisão econômica e confiáveis, que representem verdadeiramente a posição patrimonial e financeira da organização e que sejam completas em todas as características materiais (BRASIL, 2013).

Sendo assim, é possível especificar a principal função do administrador como também um tomador de decisões. Estabelecer objetivos, escolher a forma de gestão, criar e apresentar os relatórios de desempenho – *feedback* -, determinar a política contábil da organização, são habilidades e competências destinadas aos administradores (ROBBINS, 2006).

2.5 Objetivos da administração financeira

Diariamente, o profissional depara-se com situações que tem relações diretas com as aplicações e objetivos das funções financeiras atribuídas pelos estudiosos de finanças.

Antes de discorrer sobre os objetivos da Administração financeira, é importante conceituá-la para melhor entendê-la. Segundo Lemes Júnior (2005), administração financeira é a arte e a ciência de administrar recursos financeiros para maximizar a riqueza dos acionistas. Finanças corporativas são aplicações estratégicas da administração às empresas. A princípio, define-se o objetivo da administração financeira.

De acordo com Ross, Jordam e Weterfield (2000, p.18), é objetivo normativo da administração financeira, “maximizar o valor de mercado do capital dos proprietários existentes”. Trata-se de um objetivo que apesar de parecer “muito objetivo” e, para muitos, um tanto quanto “insensível”, tem inserido outros objetivos muito mais abrangentes.

Quando se procura a maximização da riqueza da empresa, atende-se também a vontade dos acionistas, que é aumentar o capital aplicado por eles a uma

taxa que possa compensar o risco pela decisão do investidor em aplicar recursos em uma empresa. Essa remuneração ocorre em forma de dividendos.

Na visão de Adam Smith pode-se afirmar que, se a gestão financeira alcançar a maximização dos ganhos as empresas buscarão a satisfação de seus interesses, e também se consegue o objetivo de satisfação da sociedade, ou pela geração de riqueza para uma sociedade através de objetivos sociais e pagamento dos salários, pois, com a criação de riquezas, empresas pagam tributos que serão gerenciados pelo estado, na busca pela melhoria das condições da sociedade. (ROSS; WESTERFIELD; JORDAM, 2000).

Essas premissas são imprescindíveis para o inicio da discussão sobre o objeto “Finanças Corporativas”. Dando prosseguimento à discussão, a abordagem, a seguir, tratará das funções da administração financeira.

3 FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Segundo Robbins (2006) as funções da administração financeira podem ser apresentadas em quatro grupos, a saber: planejamento financeiro, controle financeiro, decisões de investimento e decisões de financiamento. Assim, vale entender também, a caracterização de cada um.

a) **Planejamento financeiro** – define com antecedência os fatos ou ações futuras em cenários preestabelecidos, visando o aumento dos resultados, atribuindo ao gestor de cada setor na organização, o cumprimento das metas e objetivos predeterminados.
b) **Controle financeiro** – tem a função de avaliar e acompanhar o desempenho financeiro das empresas. Faz analogia dos resultados previstos com os efetuados e busca identificar as causas dos desvios, sugerindo medidas corretivas necessárias. Nas organizações esta função também é chamada de controladoria.
c) **Atividades de investimento** – nesta fase são classificadas as atividades que refletem as decisões de aplicações de recursos permanentes ou temporários, através da seleção dos ativos mais rentáveis com os negócios da empresa.
d) **Atividades de financiamento** – são as atividades que refletem as decisões tomadas para definir o tipo, forma e prazo dos financiamentos captados, seja para a operação ou para investimentos. Retorna-se para o ganho de fundos para a gestão de sua composição, buscando definir a estrutura mais condizente em termos de liquidez, diminuição de seus custos financeiros e risco financeiro.

E para melhor compreensão será mostrado graficamente as funções financeiras conforme figura a seguir:

Figura 1- Funções financeiras



Fonte: (ROBBINS, 2006).

Nesse contexto, bem abordadas as funções financeiras e devidamente compreendidas, vale conhecer um pouco do processo da evolução das finanças corporativas.

3.1 Finanças corporativas e sua evolução

Como toda e qualquer ciência, as finanças, passam por uma série de evoluções, o que se faz necessária conhecê-las.

Segundo Froes (2001) até a crise econômica mundial de 1929/1930, pode-se afirmar que as finanças trabalhavam em cima uma abordagem tradicional, sendo exclusivamente para as características externas da empresa, colocando primordialmente as atividades de captação de recursos para a empresa.

Depois da grande depressão de 1929, os administradores financeiros foram forçados a procurar uma nova abordagem nas finanças, bastante preocupada com a busca de liquidez e solvência das empresas, devido à desconfiança latente dos investidores, com as perdas causadas pela grande depressão. Isso fez com que as empresas precisassem passar uma imagem de estabilidade financeira, com o intuito de passar confiabilidade aos investidores em relação aos recursos aplicados pelos mesmos.

A grande consequência dessa necessidade foi um maior enfoque na organização financeira interna, na criação de ferramentas de controle financeiro, baseados nas teorias administrativas preconizadas por Taylor, Fayol e Ford (LUNKS, 2003).

Com início da década de 40 até os anos 50, as finanças passaram a olhar suas atividades com base nas decisões externas, analisando as do ponto de vista do investidor, não dando maior destaque às decisões internas. A principal contribuição dessa época às finanças foi o desenvolvimento de dois conceitos financeiros utilizados até hoje: custo do capital e o retorno sobre os investimentos (ASSAF NETO, 2000).

Segundo Souza (2007), a Administração Financeira passou a incluir em sua área de estudo as questões relativas aos passivos e ativos dos balanços das empresas, tratando-os de forma muito mais ampla. Na década de 50, surgiu o que denominado, na atualidade, de moderna teoria das finanças impulsionada pelas

teorias de Modigliani e Miller, que abordam a irrelevância da estrutura de capitais e dividendos sobre o valor de mercado da empresa. Essas teorias foram laureadas com prêmios Nobel, em 1985 (Modigliani) e 1990 (Miller).

Na década de 90, houve outra grande evolução das finanças: a gestão de risco, por meio do desenvolvimento de ferramentas como derivativos, *swaps*, *hedges*. Em seguida, outros modelos teóricos surgiram, proporcionando significativas contribuições a analise do risco em finanças como o *Arbitrage Pricing Theory* (APT) e o modelo de opções de *Black &Scholes*.

Assim, diante do aumento complexo que o mercado vem sofrendo, não cabe o gestor financeiro fincar-se apenas aos modelos teóricos de finanças, mas, também, é importante que o gestor crie uma visão global da empresa e sua relação com seu meio.

Com o passar dos tempos, a gestão financeira das empresas tem evidenciado uma evolução bem significativa. De uma postura bastante reativa no início dos tempos para uma postura mais proativa, buscando antecipar-se aos eventos e defendendo os interesses dos proprietários da empresa.

Esse enfoque tem ajudado muito para o fornecimento de explicações mais lógicas e completas dos vários fenômenos financeiros, procurando conciliar sempre os interesses dos agentes envolvidos no meio empresarial.

3.2 Relação entre finanças e contabilidade

Segundo Gitman (2010) faz-se necessário alguns questionamentos como: O que é regime de competência? E o que é regime de caixa?

A semelhança entre os dois regimes causam dúvidas e confusão nos profissionais das áreas financeiras e contábeis. Mas, o que são esses regimes?

No regime de competência, as receitas são identificadas no ato da venda, e as despesas, quando incorridas. Já no regime de caixa, as receitas são identificadas no momento do efetivo recebimento, e as despesas, no momento do pagamento.

O quadro, a seguir, demonstra a separação e a semelhança entre esses dois regimes:

Quadro 1- Separação e semelhança entre dois regimes.

Contabilidade	Adota o regime de competência	É pela contabilidade que se apura o resultado operacional, que é o prejuízo ou lucro da empresa. É pela contabilidade que se mede a rentabilidade das operações.
Administração financeira	Adota o regime de caixa	Para controlar as sobras ou escassez de caixa, bem como apurar o resultado financeiro, tendo como principal objetivo manter a solvência da empresa, proporcionando fluxos de caixa necessários para honrar seus compromissos.

Fonte: (GITMAN, 2010).

O resultado da empresa pode ser diferenciado usando a perspectiva financeira e contábil, conforme exemplo a seguir:

Levando-se em consideração que certa empresa efetuou vendas no período de 2012 de R$ 20.000,00, sendo todas feitas a prazo para recebimento em 2013. As despesas relativas a este período foram de R$ 10.000,00, sendo todas pagas dentro do exercício social de 2012.

A apuração do resultado contábil e financeiro pode ser observada no quadro a seguir:

Quadro 2 – Resultado contábil e financeiro.

Contábil	**Financeiro**
Demonstração de Resultado - 31/12/2012	Fluxo de Caixa - 31/12/2012
Receita com Vendas R$ 20.000	Entradas de Caixa R$ 0,00
(-) Despesas R$ 10.000	(-) Saídas de Caixa R$ 10.000
Lucro Líquido R$ 10.000	Fluxo Líquido Caixa R$ (10.000)

Fonte: (AUTORES DO TRABALHO)

Observa-se que, apesar da empresa obter um lucro contábil no período analisado, houve um déficit de caixa no mesmo período, fazendo com que a empresa fosse procurar um meio de recursos para cobrir a deficiência de caixa existente.

É por esta razão que, muitas vezes, tem-se observado que uma empresa apresentou prejuízo em um determinado período, no entanto continua operando normalmente, pois, esta empresa está financeiramente equilibrada. O contrário também ocorre, uma determinada empresa mostrou lucro num dado período, mas apresenta dificuldades para sanar seus compromissos financeiros.

3.3 Administração financeira e a globalização

De acordo com Santos (2001), um bom administrador está sempre preocupado em saber o que é realmente importante para uma boa administração financeira. Entre os empresários é um questionamento comum, em especial aos pequenos e microempresários, mas é de difícil elaboração. Tudo na administração financeira é relevante, mas, se for necessário eleger apenas um item, mesmo assim lista-se duas estratégias, que são de extrema importância, para o sucesso de uma empresa e de seus comandantes.

O papel mais importante para um administrador financeiro é o relativo à tesouraria da empresa - cuidar efetivamente do dinheiro, sua saída e entrada, e obviamente preservar o retorno cobrado pelos acionistas. Neste sentido, é necessário buscar um pleno entendimento da gestão de caixa da empresa e o custo no qual este fluxo está submetido. A gestão de caixa está intimamente relacionada ao ciclo operacional da empresa e o custo de capital ao financiamento deste ciclo.

3.4 Administração de caixa

A administração do caixa envolve uma tarefa bastante relevante para a empresa. A maioria dos fracassos empresariais tem fortalecido a convicção de que o principal motivo da mortalidade precoce das pequenas e médias empresas é a imperícia gerencial de seus administradores. De modo geral, estas empresas surgem através de uma ideia de negócios apresentada por pessoas do meio empresarial que conhecem profundamente a função técnica a ser exercida, no entanto, não se preocupam com a técnica real administrativa financeira da empresa (GITMAN, 2010).

Os mesmos acreditam que, criando bens de alta qualidade e demanda, não precisam de tempo para uma administração eficaz, delegando esta tarefa os colaboradores sem preparo, ao invés de contratarem alguém capacitado para fazê-lo em seu lugar. Nenhuma empresa poderá sobreviver ou crescer, sem uma gestão adequada na área administrativa. É indispensável a essa função administrativa o domínio dos procedimentos contábeis e financeiros disponíveis, bem como o seu acompanhamento para sua melhor utilização, controle, ajuste e projeção dos resultados na empresa.

Segundo Zdanowicz, (2001), o demonstrativo do fluxo de caixa é o instrumento financeiro que possibilita ao administrador monitorar a evolução do desequilíbrio ou equilíbrio entre a saída e a entrada de dinheiro durante um determinado período, permitindo o uso antecipado de medidas que ajudem a assegurar a disponibilidade de recursos para o atendimento das necessidades de caixa. Feito em períodos, o fluxo de caixa tem de compreender um resumo do cronograma dos investimentos e despesas, das receitas previstas e épocas de realizações, dos pagamentos parciais ou totais, bem como de novas obrigações a contratar, assim prevendo: as projeções das entradas e saídas de recursos; os períodos deficitários e superavitários da projeção; os resultados finais por períodos.

3.5 Estabelecendo os controles

Em qualquer empresa, independente do seu tamanho, a administração do caixa constitui uma ferramenta essencial para a boa administração dos recursos financeiros. A previsão de caixa elaborada pelo gestor financeiro somente terá

sucesso com a dedicação em conjunto dos departamentos da empresa. A previsão, as condições de vendas, incluindo, prazos de recebimentos é de responsabilidade do pessoal de vendas. As despesas de produção são definidas com a ajuda do pessoal de produção e contabilidade de custos (SANTOS, 2001).

Segundo Gitman (2010) é essencial para a função administrativa o conhecimento dos procedimentos contábeis e financeiros disponíveis. Os outros departamentos inseridos no processo da administração terão evitar despesas e custos excessivos, buscando uma maior receita para as suas atividades. Uma periódica comunicação entre os diversos setores da empresa e o setor financeiro é fundamental para o êxito do gerenciamento das disponibilidades. Com todas as informações diárias e dos documentos internos vindos do setor financeiro, inicia-se a fase de controle de dados relativos a:

a) Movimentação financeira: registro das saídas e entradas, assim permitindo a comparação do previsto com o realizado; conhecimento das movimentações financeiras em geral: Quais são as despesas e receitas? - Em quais datas irão acontecer? - Qual será o meio de movimentação? São mensais, semanais, diárias ou constantes.

b) Controle do pessoal: existência de estrutura de recursos humanos, com determinação das peculiaridades em relação: - profissionais temporários; - profissionais efetivos; *Trainees* (estagiários); contribuições, despesas agregadas relativas a encargos trabalhistas.

c) Controle de máquinas, equipamentos e veículos: consumo de energia e combustível; manutenção corretiva; manutenção preventiva; peças e elementos controlados e serviços executados.

d) Controle de estoques: entradas e saídas de matérias-primas e insumos; data de compra e níveis de estoque; estrutura de armazenagem (GITMAN, 2010).

4 MERCADO FINANCEIRO

De acordo com Fortuna (2005), o mercado financeiro é onde os recursos excedentes da economia são utilizados para novos projetos e financiamento de empresas. Já o Sistema Financeiro Nacional é composto de instituições responsáveis por captar recursos financeiros, pela circulação, distribuição de valores e pela regulação deste.

4.1 Histórico do mercado financeiro

O Sistema Financeiro Nacional de acordo com Lopes e Rossetti (1998) contém quatro fases distintas: a primeira e mais longa, que abrange o término do período colonial, o Império e os anos iniciais da República; esta fase pode ter pelo menos três subdivisões, marcadas pelo início da intermediação financeira no período colonial até o fim da década de 1830, pelos anos iniciais da década de 1840 até o fim do Império e pelos anos iniciais da República até o início da Primeira Guerra Mundial. A segunda inicia-se no período das Guerras e da Grande Depressão. A terceira tem início em 1945, indo até as reformas institucionais de 1965. E a quarta iniciou-se com essa reforma, estendendo-se até os dias atuais.

Segundo Assaf Neto (2000) o Sistema Financeiro Nacional em sua fase inicial caracterizou-se pela intermediação financeira na sua forma mais simples por meio de atividades direcionadas a implantação de projetos no setor de infraestrutura e ao setor cafeeiro.

No final do Império, para suprir as consequentes pressões por um maior volume de crédito, o Tesouro atribuiu aos bancos, o poder de emissor. Gerando nos próximos períodos de crescimento acelerado, excitação dos intermediários financeiros, surto inflacionário e em decorrência, austeridade financeira, através da condução de uma fase de contra-reforma (1892-1906).

A partir de 1906, ao final da crise financeira logo no início do século, que resultou em importantes mudanças com liquidações de instituições, fusões e incorporações, assim, as atividades de intermediação financeira do país voltaram ao normal.

A partir da segunda fase marcada pelo período das Guerras e da Depressão, que se prolongou de 1914 a 1945, ocorreu uma série de processos de

grande importância no cenário geral da intermediação financeira no Brasil, com enfoque aos seguintes: expansão do sistema de intermediação financeira de médio prazo e curto prazo; ampliação das margens de segurança, disciplina e integração, em face de criação da Inspetoria Geral dos Bancos (1920), a implantação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (1921) e a instalação da Câmara de Compensação (1921); estudos para a implantação de um Banco Central no país.

Esses destaques beneficiaram o sistema financeiro do país, à medida que deu maior solidez no processo de intermediação. Nesse período, as instituições progrediram com relativa segurança, aumentando o seu raio de ação e dando sustentação às inovações na estrutura de produção do país. A captação de recursos, empréstimos concedidos e depósitos à vista foram de forma consistente durante todo o período, não obstante a interrupção dos anos da Grande Depressão e tempos de Guerra.

A terceira fase que se prolongou de 1945 a 1964, caracterizou-se como fase de mudança entre a estrutura simples de intermediação financeira da metade do século e a estrutura montada a partir das reformas institucionais de 1964-65. Nos anos de transição, as transformações relevantes no sistema financeiro nacional foram: implantação de um órgão normativo, controle e fiscalização, de assessoria, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC); penetração e consolidação no espaço geográfico da rede de intermediação financeira de médio e curto prazo; criação de instituições financeiras de apoio a regiões carentes criação de uma instituição financeira central de fomento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); desenvolvimento espontâneo de companhias de crédito, financiamento e investimento de longo e médio prazo.

Para Moreira (1997), a última fase da evolução da intermediação financeira no Brasil teve início em 1964, com a sanção de três leis que levaram a profundas mudanças na estrutura do sistema financeiro nacional:

a) Lei nº 4.380 - 21/08/64: que regula a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social criou o Banco Nacional de Habitação e institucionalizou o Sistema Financeiro de Habitação.

b) Lei nº 4.595 - 31/12/64: transformou o SUMOC e seu Conselho em Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, respectivamente e definiu as características e as áreas específicas de atuação das instituições financeiras.

c) Lei nº 4.728 - 14/07/65: regulamentou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento.

A partir dessas leis, o Sistema Financeiro Nacional contou com um maior e mais diversificado número de intermediários financeiros não bancários, com áreas bem determinadas de atuação e específicas. Ao mesmo tempo, foi importante ampliar a pauta de ativos financeiros, abrindo-se um novo leque de opção, para aplicação de poupanças e criando-se, decorrente, condições mais efetivas para a ativação do processo de intermediação.

A quarta fase começou pela implementação dessas reformas até os dias atuais. Além daquelas instituições citadas, foi colocado junto ao quadro do sistema a Comissão de Valores Mobiliários, criada pela Lei nº 6.385, de 7de dezembro de 1976.

Entre o período de 1968 a 1973, o país teve de conviver com uma conjuntura adversa internacional, sendo elas, o choque do petróleo de 73 e 79 e a crise da dívida externa de 82, conturbada a nível interno a redemocratização e inflação. Influenciado também por esses acontecimentos, surgindo por parte dos agentes econômicos, a necessidade de proteção contra as oscilações adversas a que estão submetidos, tanto a fatos e políticas externa, quanto interna.

A mudança que vem ocorrendo com a intermediação financeira nos últimos anos é impulsionada pelo desenvolvimento da economia, refletindo em processos de incorporações e fusões, resultando em uma maior competitividade. Devido a isso, a atividade de intermediação financeira, além de diminuir a incerteza e os riscos a níveis compatíveis com as exigências de aumentos dos ganhos, proporcionará mais agilidade e segurança no julgamento e previsão de melhores retornos.

4.2 Tipos de mercado

De acordo com Fortuna (2005) os principais tipos de mercado são:

a) Mercado à vista - O título e negociado com base em seu preço corrente, praticado Sistema de Negociação Eletrônica ou no pregão de viva voz. Sendo a operação fechada e registrada, os títulos devem ser disponibilizados pelo vendedor para quitação até o segundo dia útil, recebendo o valor da venda no

terceiro dia útil. Sendo que o comprador paga e recebe os títulos no terceiro dia útil após a negociação.

b) Mercado primário e mercado secundário – o mercado primário ao processo de geração dos títulos para distribuição. É uma transação entre os investidores e a companhia emissora, com auxílio de instituições financeiras, nesse exato momento que os recursos são recebidos pela companhia. As negociações de títulos já emitidos é denominado mercado secundário. É ela feita entre investidores.

c) Mercado de balcão e leilão em bolsa – é quando a distribuição de títulos é feita em leilão especial em Bolsa de Valores. Dessa forma, o emissor tem a convicção de obter um preço melhor no mercado se disponibiliza a pagar no momento do leilão. Em contrapartida, a eventual coincidência do leilão em um dia de baixa em bolsa compromete o resultado do leilão. As operações não realizadas em leilão são denominadas de mercado de balcão.

d) Mercado futuro - os que participam deste mercado fazem um depósito logo no início e que servirá de garantia da operação, além de efetuarem um pagamento de ajuste sobre o preço diário da ação.

e) Mercado de opções – nesse mercado são negociados direitos de venda ou de compras de ações, com um preço pré-estabelecido e prazo de pagamento específico. O comprador pagará o prêmio ao vendedor após três dias da negociação. A qualquer momento até a data do vencimento, os direitos de opção de compra podem ser exercidos.

f) Mercado a termo - caracteriza-se pela compra de títulos para pagamento após 30, 60, 90, 120, 150 ou 180 dias. A diferença entre o preço do vencimento do contrato e o preço à vista é o juro pago.

g) Autoridades monetárias e de apoio

Segundo Lopes e Rossetti (1998), as duas autoridades monetárias e de apoio que merecem destaque são:

- Conselho Monetário Nacional (CMN) - é o conselho de política econômica do país, sendo o mesmo responsável pela implantação da creditícia e cambial e das diretrizes da política monetária. Seu presidente é o Ministro da Fazenda.

- Banco Central do Brasil (BACEN) - é responsável pela execução das regras que regulam o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Tem como principais atribuições: gestor do SFN, banco dos bancos, executor da política monetária,

banqueiro do governo e banco emissor. Diversas discussões apresentam pontos positivos e negativos para alteração do grau de independência do BACEN.

Dentre as autoridades de apoio, merecem destaque:

- Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - órgão normativo voltado ao mercado de debêntures e ações. A mesma é vinculada ao Governo Federal e tem como objetivo principal, o fortalecimento do mercado acionário.
- Banco do Brasil – em janeiro de 1986, o Banco do Brasil aparentava ser uma autoridade monetária mediante ajustamentos da conta movimento do BACEN e do Tesouro Nacional. Sendo hoje, responsável pela câmara de confederação e é um banco comercial comum.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - a principal instituição financeira de fomento do Brasil por incentivar o crescimento econômico, o BNDES é responsável pela política de investimentos à longo prazo do Governo.
- Caixa Econômica Federal (CEF) - órgão voltado diretamente ao financiamento habitacional e ao saneamento básico. É um instrumento governamental de financiamento social.

h) Bolsas de valores

Segundo Oliveira (2005), Bolsa de Valores é uma associação civil, sem fins lucrativos. Seu patrimônio é representado por títulos que pertencem às sociedades corretoras membros. Possuem autonomia patrimonial, administrativa e financeira, mas são sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários e obedecem as políticas e diretrizes emanadas do Conselho Monetário Nacional (LOPES: ROSSETTI, 1998).

A Bolsa de Valores disponibiliza o ambiente para negociação de títulos em sistema de apregoação, com intermédio privado dos corretores de valores associados. Fornecem imediata e ampla divulgação dos negócios realizados e tem pleno poder para interferir nesses negócios efetuados, dando amplo acesso dos participantes e visando a clareza. Detém poder regulatório bastante eficiente.

5 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

De acordo com Carvalho et al., (2013) o Sistema Financeiro é um agregado de instituições como objetivo principal de viabilizar o fluxo contínuo dos recursos entre poupadores e investidores. Os agentes poupadores, conhecidos no mercado como superavitários, têm a função de desenvolver a economia e financiar o crescimento, o que é evidenciado no momento em que esses agentes gastam em consumo, uma quantidade menor que sua renda auferida, formando assim, um valor canalizado para alavancar o desenvolvimento da economia. O comportamento dos agentes deficitários, por sua vez, é o inverso, ou seja, o volume de seus gastos num determinado período é superior à sua renda. Desta forma, tais agentes, na concepção do referido autor, são os “tomadores líquidos de recursos”.

Para Lopes e Rossetti (1998), o mercado financeiro funciona como elo entre as famílias e as empresas detentoras de recursos financeiros. Para aquelas que necessitam de recursos, tanto para a continuação de suas atividades – na forma de capital de giro – ou quanto no suprimento de suas necessidades momentâneas de caixa.

O Sistema Financeiro Nacional desde 1994 vem sofrendo mudanças necessárias, diante da nova política adotada pelos governos, como se observa nas leis apresentadas a seguir e suas respectivas datas cronologicamente:

a) Lei 4.595 de dezembro de 1964 - Reforma do Sistema Financeiro Nacional. Os principais objetivos desta lei foi reparar a poupança, bem como desenvolver políticas voltas a desenvolver e incentivar os investimentos produtivos. Nessa época foram criados O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB).

b) Lei 4728 de julho de 1965 - Lei de Mercado de Capitais, os principais objetivos eram: a organização e criação dos regulamentos sobre o mercado de capitais; constituição dos valores mobiliários e sistema de distribuição de títulos; regulamentação de sociedades corretoras e das bolsas de valores. Outro objetivo desta lei, foi estabelecer regras para o acesso de mercado de capitais, por empresas de capital estrangeiro.

c) Lei de CVM – 6385 – dezembro de 1976. Essa lei teve como principal objetivo a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essa foi criada para estabelecer a regulação e legislação do mercado de ações; registro e fiscalização

das companhias abertas; emissão e distribuição de títulos e valores mobiliários, ou seja, ações e debêntures.

d) Lei das S/A's – 6404 – dezembro de 1976. Tem como principais objetivos estabelecer regras para as sociedades anônimas no que se refere às suas características, constituição e composição acionária. Esta lei é a mais importante do mercado de capitais, uma vez que regulamentou as S/A's e definiu a participação dos acionistas na constituição do capital das empresas, seus direitos e obrigações.

e) Resolução 1655 e 1656 do Banco Central do Brasil – outubro de 1989. Esta lei disciplina a constituição, organização e o funcionamento das sociedades corretoras de valores e das bolsas de valores no país.

f) Investimentos estrangeiros – Resolução do BACEN – 1298/1832/1927 – março de 1987 – maio 1991 respectivamente.

No cenário de desenvolvimento e crescimento econômico, o Sistema Financeiro Nacional de um país é de extrema importância, o sistema está dividido em dois subsistemas: o operativo e a supervisão. É de extrema importância também, entender qual o papel de cada um dos sistemas na economia, pois no sistema de supervisão são planejadas as medidas a serem utilizadas na política de crédito e monetária, no qual a execução dessas medidas é efetuada pelo sistema operativo. Ou seja, tudo que é referente às movimentações econômicas como: inflação/recessão, oferta/demanda de capital e PIB, PIB per capita (poder aquisitivo),a economia tende a manter um equilíbrio entre os agentes deficitários e os superavitários.

Quando a economia encontra seu ponto de equilíbrio, isto proporciona maior crescimento, aumentando assim, o poder de compra da população e consequentemente estimula o crescimento econômico o que favorece várias áreas da economia. Tudo isto é de responsabilidade e controle do sistema financeiro.

Nesse contexto é de grande importância compreender o funcionamento deste sistema, sendo ele de grande valia para sabermos qual o melhor momento de se investir capital no mercado, principalmente hoje, que o Brasil vivencia um bom momento, e está em crescimento, devido a Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016.

6 CONHECENDO OS CONCEITOS E OBJETIVOS DO FLUXO DE CAIXA

Este capítulo trata da importância do fluxo de caixa nas empresas. Sabe-se que o fluxo de caixa *(Cash Flow)* é uma das ferramentas de análise utilizada por muitas empresas para a identificação do processo de movimentação do dinheiro ganho de suas atividades, analisando sua aplicação e origem.

No mundo moderno, as transações não envolvem apenas o dinheiro propriamente em si. Os pagamentos e os recebimentos podem ser realizados tanto em cheques, como por débito automático em conta corrente ou através dos cartões de crédito ou débito.

Assaf Neto e Silva (2000, p.39) afirmam que:

> Contextos econômicos modernos de concorrência de mercado exigem das empresas maior eficiência na gestão financeira de seus recursos, não cabendo indecisões sobre o que fazer com eles. Sabidamente, uma boa gestão dos recursos financeiros reduz substancialmente a necessidade de capital de giro, promovendo maiores lucros pela redução principalmente das despesas financeiras. Em verdade, a atividade financeira de uma empresa requer acompanhamento permanente de seus resultados, de maneira a avaliar seu desempenho, bem como proceder aos ajustes e correções necessários.

Basicamente, o objetivo da função financeira é prover a empresa de recursos no caixa suficiente e de forma satisfatória a respeitar todas as suas obrigações e causando a maximização de seus lucros.

O fluxo de caixa é renomado por Assaf Neto e Silva (2000, p. 39) como "[...] um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo." Eles afirmam que elaboração constante da demonstração do fluxo de caixa, será possível tomar medidas reparadoras de provável escassez ou excesso de caixa, frisando com antecedência o volume de recursos necessários em caixa para cumprir todas as obrigações.

O fluxo de caixa um ferramenta essencial para a empresa ter celeridade e segurança em suas atividades financeiras, a mesma deverá preservar sua liquidez imediata essencial à sua manutenção no mercado. Neste contexto, o processo orçamentário requer grande destaque por ter uma participação importante nas relações entre resultados e despesas, onde os planos de longo prazo devem ser

bem analisados, já que mostram previsões futuras das empresas que num determinado momento irá requerer parte do capital da empresa.

A diferença entre orçamento de caixa e fluxo é renomada segundo Zdanowicz (apud CHIURCO, 2004, p.31) da seguinte forma:

> O orçamento de caixa difere do fluxo de caixa no que diz respeito à origem dos dados utilizados. Enquanto o fluxo de caixa é projetado a partir de eventos já realizados pela empresa em períodos anteriores, no orçamento de caixa quase todos os valores são orçados, em função dos objetivos e metas fixadas pelo comitê orçamentário.

Na procura pela estabilidade do caixa, o orçamento de caixa pode encontrar folga ou deficiências dos recursos monetários com antecedência, fazendo com que a empresa planeje melhor a aplicação ou captação de seus recursos financeiros. No aprofundamento dos estudos feitos por Lunkes (2003, p.71), ressalva-se que “o objetivo do orçamento do caixa é assegurar recursos monetários suficientes para atender às operações da empresa estabelecidas nas outras peças orçamentárias.”

O autor afirma ainda que “o orçamento de caixa pode ser elaborado por meio do fluxo de caixa em que são relacionadas às entradas e saídas de caixa previstas.” (LUNKES, 2003, p. 72). Sendo as projeções dos fluxos necessárias para melhor coordenar e controlar a posição financeira.

Uma das muitas funções do administrador de caixa, segundo Silva (2001, p.421) “será a comparação entre o fluxo de caixa previsto e o realizado, objetivando identificar eventuais variações e as causas de suas ocorrências. A análise do fluxo de caixa auxiliará no entendimento da providência e do uso do dinheiro na empresa.”

Em sua obra, Silva (2001, p. 451), destaca as principais características sobre conceito de geração de caixa:

> [...] A administração do caixa é essencial à sobrevivência da empresa e tem impacto no curto prazo. Em termos operacionais, uma empresa poderá ser lucrativa e não gerar caixa, devido à elevação de seu ciclo financeiro. Por outro lado, mantida relativamente constante a política de administração do ciclo financeiro, uma empresa pode apresentar prejuízo operacional e gerar caixa operacional, devido à computação de despesas que não representam saída de dinheiro, como depreciação, por exemplo. Adicionalmente, uma empresa pode gerar lucro e caixa operacionalmente e quebrar devido a uma inadequação no financiamento de seus investimentos.

Para uma análise perfeita das informações contidas no fluxo de caixa, as mesmas devem apresentar uma estrutura detalhada, de fácil entendimento para seus usuários.

> [...] é importante ressaltar que o fluxo de caixa é um instrumento limitado para o fornecimento de informações precisas sobre o lucro e sobre os custos dos produtos da empresa, já que suas apurações e demonstrações são realizadas pelo regime de caixa e não pelo regime de competência. (CHIURCO, 2004, p.28).

Silva (2001, p. 449, grifo do autor) coloca que “o conjunto de entrada e saídas que compõe o fluxo de caixa possibilita-nos identificar os três grandes grupos (operacional, estratégico e tático), bem como, em cada grupo, detalhar seus componentes”. A NBC T 3 trata as normas brasileiras de contabilidade, sendo na T 3.8especificado a DFC, frisando os seguintes objetivos:

> 3.8.1.2 As informações contidas na demonstração do fluxo de caixa, em conjunto com as demais Demonstrações Contábeis, destinam-se a ajudar seus usuários a: a) avaliar a geração de caixa para pagamento de obrigações, lucros e dividendos; b) identificar necessidades de financiamento; c) identificar razões para as diferenças entre o resultado e o fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais; e d) identificar o efeito das transações de investimentos e financiamentos sobre a posição financeira. (SILVA, 2001, p. 451)

As atuais normas sobre demonstrações contábeis são regidas pela Lei nº 11.638, que após sete anos de tramitação no Congresso Nacional foi aprovada no dia 28 de dezembro de 2007, alterando e revogando dispositivos das Leis n os 6.404 e 6.385, ambas de 1979, estendendo-se às sociedades de grande porte (BRASIL, 2013).

6.1 O fluxo de caixa e sua estrutura

Segundo Campos Filho (1999, p.25), a estrutura da Demonstração de Fluxo de Caixa é de fácil entendimento e serve para todos os tipos de empresas. A estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) compõe-se de quatro grandes grupos: disponibilidades; atividades operacionais; atividades de Investimentos; atividades de financiamentos.

Campos Filho (1999, p.26) descreve que as disponibilidades englobam o caixa, os depósitos bancários a vista e as aplicações de alta liquidez. As atividades operacionais correspondem às contas da demonstração de resultado, é a

demonstração dos principais pagamentos e recebimentos operacionais. As atividades de investimento correspondem ao grupo Ativo Permanente do Balanço Patrimonial. As Atividades de Financiamentos incluem os recursos de terceiros e os recursos próprios recebidos.

Cada empresa ao utilizar o fluxo de caixa deverá adaptá-lo às suas necessidades, de forma que suas informações permitam aos usuários avaliar a posição financeira e sua relação com as atividades ou prestação de serviços.

6.2 Métodos de demonstração fluxo de caixa

Para Campos Filho (1999) existem duas formas básicas para a elaboração e apresentação do fluxo de caixa, sendo pelo método direto e indireto.

O método direto corresponde em classificar os pagamentos e recebimentos de uma empresa em vez do lucro líquido ajustado. Esse mesmo método utiliza às partidas dobradas, fazendo com que facilite a administração financeira das empresas por se saber à origem dos eventuais problemas financeiros.

De acordo com Campos Filho (1999, p.29, grifo do autor) o Método Direto:

> [...] também é conhecido como a abordagem das Contas T *(T Account Approach)*. O Método Direto consiste em classificar os recebimentos e pagamentos de uma empresa utilizando as partidas dobradas. A vantagem desse método é que permite gerar as informações com base em critérios técnicos, eliminando, assim, qualquer interferência da legislação fiscal.

O método direto nos proporciona uma visão analítica das entradas e saídas de dinheiro em caixa e banco, mostrando efetivamente as movimentações dos recursos financeiros ocorridos no período. A vantagem método direto é que as informações de caixa estão disponíveis diariamente.

O método indireto possibilita ver quais foram às alterações no giro do caixa sem mencionar diretamente as entradas e saídas de dinheiro. É elaborado a partir das demonstrações contábeis, dos dois balanços patrimoniais (do início e do final do período) e outras informações adicionais que tem de respeitar os critérios da legislação fiscal.

Em seus estudos Silva (2001), afirma que o método indireto evidencia as variações das disponibilidades, sua estrutura contém menos riqueza de informações, pois parte do lucro líquido e faz várias alterações para alcançar um fluxo de caixa operacional líquido.

A sua maneira de apresentação não muda necessariamente, com um pouco mais de criatividade, o usuário poderá elaborar sua estrutura levando ao fluxo de caixa líquido do período. Esse método se aparenta a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pelos ajustes ao lucro líquido, proveniente da Demonstração de Resultado do Exercício, exigindo maior conhecimento do usuário.

Segundo Assaf Neto e Silva (2000, p.50, grifo do autor) em sua teoria afirmam:

> A obtenção do fluxo de caixa proveniente das operações pode ser feita de forma indireta partindo do lucro líquido do exercício. Simplificadamente devem-se agregar ao valor do lucro líquido as variações do capital de giro, exceto os empréstimos bancários; somar (ou subtrair) as despesas e receitas que não representam desembolso de recursos; e retirar os itens que estão na demonstração do resultado que não estão diretamente relacionados com as operações da empresa, como por exemplo, o resultado de venda de imóveis.

Comparando-se os dois métodos, observa-se a diferença apenas no grupo das atividades operacionais. Quando feito pelo método direto, o valor correspondente à receita pela venda de mercadorias e serviço é somado para depois subtrair deste valor os equivalentes de todas as saídas com despesas. No método indireto, primeiro é mostrado no grupo das atividades operacionais o lucro líquido, derivado da Demonstração do Resultado do Exercício, para logo após adicionar os valores que não representam desembolso de caixa que tenham sido deduzidos no lucro da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Segundo a Norma Internacional (IAS) de nº 7, que tem por objetivo exigir o fornecimento de informações acerca das demonstrações dos fluxos de caixa, anunciar os métodos de apresentação conforme segue abaixo, sendo: (i) atividades operacionais, (ii) de investimento e (iii) de financiamento:

> A entidade pode usar o método direto ou indireto para reportar o fluxo de caixa das atividades operacionais, sendo encorajado o método direto. No método direto as principais classes de recebimentos e desembolsos são divulgados e, no método indireto, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado ajustando-se o resultado (lucro ou prejuízo): (i) pelos efeitos das transações que não afetam o caixa, como depreciação, diferimentos e provisões, lucros ou prejuízos cambiais não realizados, lucros não distribuídos de investidas e interesses minoritários, (ii) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas a receber e a pagar e, (iii) todos os outros itens de receita e despesa relativos a fluxos de caixa de atividades de investimento e financiamento, (iii) todos os outros itens de receita e despesa relativos a fluxos de caixa de atividades de investimento e financiamento. (ASSAF NETO; SILVA, 2000, p. 12, grifo do autor).

Sabe-se que independente do método que a empresa adota, as pessoas que utilizam as informações estão interessadas em saber como a empresa gera caixa e equivalentes de caixa. Exclusivamente em casos de cooperativa de ensino, os normativos emitidos pelo IAS não impõem um modelo de DFC específico para estas instituições, não são obrigadas a apresentar o mesmo. Porém, o interessante é a elaboração do Fluxo de Caixa pelo método direto, justamente pela sua facilidade e agregação de informações para ajudar na tomada de decisões interna da empresa, observando as particularidades de cada empresa.

6.3 O fluxo de caixa e sua relevância

Na obra de Gitman (2001, p.586) ficou evidente o porquê da importância do planejamento do caixa: “O planejamento de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele não se tem certeza quando haverá caixa suficiente para sustentar as suas obrigações, ou dar-lhes crédito quando se necessitar de financiamentos.” Em tempos de falta de caixa a empresa poderá ter problemas para encontrar bancos que forneça financiamento ou então as taxas de juros serão muito elevadas que a empresa terá dificuldades de pagá-los.

De acordo com Assaf Neto e Silva (2000, p. 39):

> É neste contexto que se destaca o fluxo de caixa como um instrumento que possibilita o planejamento e o controle dos recursos financeiros de uma empresa. Gerencialmente, é indispensável ainda em todo o processo de tomada de decisões financeira.

Com o fluxo de caixa projetado tenta-se diminuir as incertezas e prever as necessidades. Esta esperança quanto ao futuro geralmente não acontece com a pontualidade e precisão que gostaríamos, e os números obtidos levam a decisões que alteram estas projeções, já que o superávit e o déficit conduzem a decisões conforme suas necessidades.

Para Campos Filho, (1993, p.109) “o fluxo de caixa projetado é a ferramenta de que dispõe o administrador financeiro para visualizar com antecedência a situação descritiva e evitar que ela ocorra.”.

Assaf Neto e Silva (2000, p.39) descrevem que “[...] a atividade financeira requer acompanhamento contínuo de seus resultados, de forma a avaliar seu desempenho, bem como proceder aos ajustes e correções necessárias.”

Usar o fluxo de caixa como instrumento de gestão é valioso, devendo-se sempre levar em conta as suas variações diárias. Como o saldo do caixa na empresa não é o mesmo que o saldo do banco, a realização da conciliação bancária diariamente vai mostrar melhor o intervalo de tempo entre a emissão/recebimento de cheque e a respectiva operação bancária, mantendo um rigoroso controle das operações financeiras.

O grau de detalhes das estimativas do fluxo de caixa levara em conta o tipo de serviços ou atividades cogitadas pela empresa, podendo ser simples, detalhada ou até mesmo as mais criteriosas possíveis.

A grande ajuda do fluxo de caixa quando analisado em conjunto com as demais demonstrações financeiras, tais como a Demonstração do Resultado dos Exercícios e o Balanço Patrimonial, é a clareza do processo da disposição financeira que abrange as atividades das empresas.

Entre os grandes benefícios, salienta-se a importância quanto aos usuários dessas informações poderem realizar análises quanto à capacidade da empresa em cumprir seus compromissos, à liquidez, efetuar pagamentos de dividendos e empréstimos adquiridos; à aplicação dos excessos de caixa da empresa; solvência e flexibilidade financeira; escolhendo as melhores alternativas de investimento; ao nível de precisão das estimativas passadas de fluxos de caixa, permitindo ao administrador visualizar a adequação ou não das decisões tomadas com reflexos monetários; ao desempenho operacional; ao efeito das transações de financiamento e investimento sobre a posição financeira; à habilidade de gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa; entre outras.

Em meio à globalização, as empresas se veem forçadas a cobrar uma nova postura de seus administradores, exigindo novas formas de controle e planejamento econômico-financeiro para continuarem no mercado. Onde as mesmas necessitam de um equilíbrio financeiro para se manter viva, estar em constante crescimento, oferecerem cada vez mais qualidade nos serviços prestados com preços acessíveis ao bolso da população e remunerando seus colaboradores com salários justos.

7 PLANEJAMENTO, CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NAS MICRO EMPRESAS

Existem vários modelos, planilhas e exemplos para montar um fluxo de caixa, o administrador tem a responsabilidade de adaptá-lo conforme as reais necessidades da empresa e atentar sempre para que as informações lançadas sejam o mais verídico possível. (MARION, 2004).

Geralmente acontecem saídas monetárias não antecipadas em planilhas, como o gestor financeiro já é ciente dos gastos diários da empresa, é maior a facilidade para fazer esse tipo de previsão, por mais contraditório que pareça. Permitir a retirada de dinheiro para despesas imprevisíveis sem lançá-las rigorosamente pode ser muito danoso para a empresa, esse tipo de erro é comum e por varias vezes faz parte do dia-a-dia da empresa.

Procurando conhecer as funções e objetivos da administração financeira dentro de uma empresa, Coelho, Botini e Waehneldt (1997, p.24), em seus estudos relatam que:

> O controle financeiro tem início no ponto em que o planejamento da empresa termina. Esse controle tem por objetivo verificar se os recursos destinados à consecução das atividades estão sendo aplicados conforme o planejado e avaliar a necessidade de correções para que os resultados previstos ao longo do planejamento sejam atingidos.

Uma decisão importante é o investimento em um *software* que facilite a geração de informações em menor tempo com melhor qualidade, ligando os departamentos e conservando o controle em tempo real, possibilitando a tomada de decisões com mais firmeza.

A informática é uma aliada de grande importância na empresa, pois atesta maior confiabilidade nos dados e nas respostas. Segundo Coelho, Botini e Waehneldt (1997, p.58):

> Além da agilidade e da sensível diminuição da probabilidade de erros, outra vantagem apresentada pela Informática se refere ao armazenamento de uma quantidade considerável de informações que podem ser facilmente acessadas.

As micro empresas, no entanto enfrentam um problema, fora de sua esfera de controle: o cliente. Se este não cumprir por motivos alheios a sua vontade

os prazos estabelecidos no contrato ou mesmo pedindo condições diferenciadas de quitação de sua divida, a receita da empresa fica prejudicada. Deste modo, o problema da inadimplência deverá ser visto dentro de normas mais duras, instituindo novas políticas internas de cobrança para evitar prejuízo futuros. Vários motivos são usados pelos clientes para não pagamento de suas dividas.

As primeiras causas são as dificuldades financeiras pessoais, comprometimento de renda com outras despesas, doenças, atraso salarial, entre outras. A empresa pode se precaver adotando medidas preventivas e garantindo o recebimento, como por exemplo, estimular o cadastro para débito automático, o recebimento com cartões de crédito e débito, mesmo que as taxas cobradas pelas administradoras sejam onerosas, elas serão ressarcidas pela garantia do recebimento da divida, não aceitação de cheques de terceiros antes consultar e mediante a apresentação de CPF e RG.

Visando pagar suas obrigações em dia, principalmente à folha de pagamento que é a parte mais onerosa, a empresa com déficit em caixa se vê obrigada a buscar alternativas através da captação de recursos de terceiros, como por exemplo, desconto de títulos ou empréstimos bancários, sempre visando as menores taxas possíveis. A administração financeira usa do conceito de regime de caixa para controlar e planejar a liquidez, ainda de acordo com Coelho, Botini e Waehneldt (1997, p.49):

> A direção financeira é a responsável pela formulação da política financeira da empresa. É ela que coordena as atividades da tesouraria, da análise contábil financeira e do controle de custos, representando a empresa perante as instituições e os órgãos públicos e instituições ligadas ao mercado de capitais e na assinatura de grandes contratos de compra, de venda e de financiamento. É também função da direção financeira ajudar na administração superior a tomar decisões importantes e excepcionais.

Pela necessidade individual das empresas, é necessário projetar em um intervalo de tempo para a elaboração da DFC. Seu planejamento sempre terá como meta o equilíbrio financeiro entre as saídas e entradas de caixa, já que as variações monetárias são regidas pelos fatores internos e externos. Assim, para que o demonstrativo de fluxo de caixa seja eficiente durante a sua execução, todas as atividades serão levadas em consideração.

Em cada projeção realizada, o fluxo de caixa terá alterações nos seus valores monetários entre os períodos projetados. As saídas dos recursos financeiros podem ser tanto regulares (fornecedores, salários, entre outros), periódicas

(amortizações de empréstimos ou de financiamentos) como irregulares (aquisição de itens do ativo, etc.). Já os recebimentos são estipulados conforme a quantidade de títulos que a empresa tem a receber. Neste contexto busca-se um equilíbrio para que as receitas sempre sejam superiores às despesas, podendo honrar todas as obrigações nos prazos determinados.

7.1 Manutenção adequada do fluxo de caixa

O controle do nível de caixa deve ser uma das prioridades principais e diária do administrador financeiro, mas seu fluxo não deve ser enfocado como uma preocupação exclusivamente da área financeira. Deverá haver compromisso de todos os setores da empresa com os resultados líquidos de caixa, evidenciando as decisões de compras, apolíticas de cobrança mais eficiente e ágil, a contratação dos recursos humanos, os prazos de negociações, etc. Enfim, as metas só serão alcançadas se houver envolvimento harmônico de todos da empresa. A empresa terá de avaliar com o máximo de cuidado seu ciclo operacional, almejando um volume mais propicio de caixa para garantir melhores custos de oportunidade de crescimento.

Como o caixa não agrega abertamente um retorno operacional, Assaf Neto e Silva (2000, p.40) afirmam que:

> [...] seu saldo deve ser o mais baixo possível, o suficiente para cobrir as várias necessidades associadas aos fluxos de recebimentos e pagamentos. Deve-se ter em conta que saldos mais reduzidos de caixa podem provocar, entre outras consequências, perdas de descontos financeiros vantajosos pela incapacidade de efetuar compras a vista junto aos fornecedores. Por outro lado, posições de mais elevada liquidez imediata, ao mesmo tempo que promovem segurança financeira para a empresa, apuram maior custo de oportunidade. Em essência, este é o dilema *risco e rentabilidade* presente nas finanças das empresas.

Segundo Assaf Neto e Silva (2000), o dilema risco-retorno traz conflito ao processo decisório, o objetivo de cortar custos e promover maiores lucros é visto como um desafio constante. Quanto maior o Capital Circulante Líquido (CCL) mantido por uma empresa, maior será capacidade financeira e tem menor risco de insolvência, ou seja, apresenta-se bastante estreita a relação entre capital de giro, folga financeira e insolvência. Por outro lado, quanto maior a segurança mantida

pela folga financeira, maior será o custo de oportunidade da empresa, pressionando negativamente seus resultados.

Ainda conforme os mesmos autores de maneira inversa, a manutenção de uma quantia mais reduzida de CCL, ao mesmo tempo em que põe em risco a margem de segurança da empresa eleva o seu risco de falência, contribuindo assim positivamente para a formação da rentabilidade do investimento ao restringir o volume de fundos imobilizados em ativos de menor rentabilidade. (ASSAF NETO; SILVA, 2000).

O capital de giro pode ser permanente e variável. Segundo Assaf Neto e Silva (2000, p.15):

> O capital de giro permanente refere-se ao volume mínimo de ativo circulante necessário para manter a empresa em condições normais de funcionamento. O capital de giro variável, por seu lado, é definido pelas necessidades adicionais e temporais de recursos verificadas em determinados períodos e motivadas, principalmente, por compras antecipadas de estoques, maior morosidade no recebimento de clientes, recursos do disponível em trânsito, maiores vendas em certos meses do ano etc. Estas operações promovem variações temporais no circulante, e são, por isto, denominadas de sazonais ou variáveis.

A empresa ao utilizar-se do fluxo de caixa como instrumento de gestão financeira deverá avaliar suas características de atuação e decidir o que quer como nível satisfatório de capital de giro, assegurando assim a sustentabilidade de suas atividades ou serviços.

A definição do nível satisfatório de CCL deverá levar em conta as expectativas futuras da empresa, proporcionando um nível de rentabilidade e segurança adequada, passando pela dificuldade de escolha risco-retorno. “[...] o equilíbrio financeiro exige vinculação entre a liquidez dos ativos e os desembolsos demandados pelos passivos.” (ASSAF NETO; SILVA, 2000, p.24).

A manutenção certa do fluxo de caixa não é uma tarefa muito fácil, os elementos que o compõe são envolvidos em todos os aspectos do desempenho operacional de uma empresa. Os problemas financeiros se originam na oscilação constante entre as entradas e saídas de caixas, sendo necessário se faz, então, um levantamento minucioso dos demonstrativos do fluxo de caixa para poder detectar suas causas.

A empresa que amontoa valores significativos de contas a receber e a pagar em atraso tem de ter informações extras ao fluxo de caixa para tomar

decisões corretas. Entre esse cenário, o departamento de cobranças que deverá tomar medidas mais severas.

Tendo como base as micro empresas frisamos que o prazo de recebimento deve ser considerado, para evitar prejuízos, como os descontos concedidos fora do prazo de vencimento. De uma maneira geral os compromissos devem ser pagos nos prazos, encargos, salários, contas de despesa, impostos e consumo no geral, não atrasando para não incorrer pena de altos custos financeiros ou de afetar a imagem da empresa.

Todo sistema de cobrança deve ser ágil quanto da entrega das duplicatas ou faturas aos clientes, já devemos levar em conta aqueles que pagam somente em determinado(s) dia(s) do mês.

8 RELATO DE CASO E COMENTÁRIOS ADICIONAIS NECESSÁRIOS

8.1 Apresentação e análise dos dados da empresa

Os dados foram colhidos e analisados junto à empresa S.M.F da Silva Gêneros Alimentícios - ME, CNPJ 06.982.527/0001-45, nome fantasia Cia do Trigo está localizada na Rua Celina Araújo, 147, bairro: Centro, Chapadinha - MA, distante da capital São Luís a 245 km. É um prédio comercial próprio que atende em média 300 clientes por mês. Ao final do estudo, elaborou-se um questionário contendo 10(dez) questões inerentes à temática, mostrando o resultado da pesquisa obtido através da gerente proprietária, onde ficou evidente a importância da ferramenta Fluxo de Caixa para a empresa (APÊNDICE A).

Figura 2- Empresa Cia do Trigo



Fonte: (EMPRESA CIA DO TRIGO, 2013).

8.2 Histórico da empresa

Trata-se de uma organização empresarial fundada em 31 de agosto de 2004, com razão social S.M.F. da Silva Gêneros Alimentícios - ME, CNPJ nº 06.982.527/0001-45, nome fantasia Cia do Trigo, tendo como proprietário a senhora Simone Maria Ferreira da Silva, a empresa fica localizada na Rua Celina Araújo, 147, bairro: Centro, Chapadinha-MA, em prédio próprio, possui caminhão e motocicleta para entrega de mercadorias aos clientes, tem quatro funcionários, atuando no mercado há mais de 9 (nove) anos, no setor de Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios. A Cia do Trigo está atualmente consolidada no mercado Chapadinhense, e fornece produtos para as cidades de Urbanos Santos, São Benedito do rio Preto, Mata Roma, Anapurus, Buriti, Brejo, Santa Quitéria e São Bernardo, devido à qualidade de seus produtos e seu tempo de atuação no mercado, tem uma clientela fiel.

8.3 Projeções de pagamentos

São todas as contas a pagar que não estão nos relatórios convencionais e que são muito importantes que devem ser levadas em consideração como: folha de pagamento, fornecedores, INSS, impostos (ICMS normal, ICMS substituição tributária, PIS, COFINS, IR, entre outras), empréstimos bancários com valores relevantes que tem data fixa de pagamento, independente do período, e que devem estar muito bem relacionados para que não se esqueça de pagar.

Para melhor entendimento demonstra-se o fluxo de caixa implantado dentro de uma empresa em 2013 e que realmente funciona como ferramenta de tomada de decisões. Ele é baseado em relatórios das contas a pagar e a receber, projeções de pagamentos, mapa de controle que não constam nos relatórios citados com valores aproximados, data de pagamentos, controles bancários, estimativas financeiras diárias e o fluxo propriamente dito com o fluxo realizado e previsto.

8.4 Apresentação do Relatório de Fluxo de Caixa da S. M. F. da Silva Comércio de Gêneros Alimentícios – ME Cia do Trigo

End.: Rua Celina Araújo, 147, Centro, Chapadinha/MA.
CNPJ: 06.982.527/0001-45
Telefone: (98)3471-1470

Quadro 3 -. Relatório de Fluxo de Caixa Mensal

	Novembro/2013	**Dezembro/2013**		**Janeiro/2014**	
Fluxo de Caixa	Realizado	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Saldo inicial	90.782,00	92.062,85		92.215.93	
ENTRADAS					
Venda a vista	159.432,00	173.765,56	175.375,20	166.320,87	165.000,00
Receb.a prazo	21.456,28	26.432,00	22.000,00	20.673,00	21.000,00
Total de Receb.	**180.888,28**	**200.197,56**	**197.375,20**	**186.993,87**	**186.000,00**
SAIDAS					
Fornecedores	161.780,00	178.410,50	177.958,00	163.640,50	165.000,00
Funcionários	2.588,48	5.176,96	5.200,00	2.762,96	2.800,00
Encargos Sociais	1.035,88	2.071,76	2.100,00	1.080,04	1.100,00
Contador	207,00	207,00	207,00	207,00	207,00
Pró-labore	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
Fretes	500,00	550,00	500,00	400,00	500,00
Impostos	4.430,00	4.500,00	5.000,00	4.100,25	5.000,00
Mat. de Consumo	225,00	230,00	225,00	190,00	225,00
Agua/luz	432,25	427,73	430,00	418,87	430,00
Telefone/internet	251,32	253,03	250,00	232,98	250,00
Financiamento	3.007,50	3.007,50	3.007,50	3.007,50	3.007,50
Combustível	1.370.00	1.400,00	1.500,00	1.170,00	1.400,00
Outras despesas	280,00	310,00	350,00	290,00	350,00
Total de saídas	179.607,43	200.044,48	200.227,50	181.000,10	183.769,50
Saldo atual	92.062,85	92.215.93	89.210,55	98.209,70	91.441,05
Saldo anterior	90.782,00	92.062,85	90.782,00	92.215.93	89.210,55

Fonte: (CIA DO TRIGO, 2013).

8.5 Discussão

Observa-se na programação acima que a empresa atualmente tem uma boa programação de fluxo de caixa, pois se comparado à variação entre o programado e realizado existe uma margem de erro menor que 1,5% ou seja, em dez/2013 a oscilação foi de 1,01% enquanto que em janeiro/2014 foi de apenas

0,98%, isto é, já pode constatar uma eficiência na elaboração do fluxo de caixa. A empresa Cia do Trigo até outubro de 2013 passou a utilizá-lo. Pode-se dizer que o fluxo de caixa é um instrumento necessário e indispensável para qualquer empresa, pois este contribui na tomada de decisões financeiras da empresa.

Segundo Zdanowicz (2004, p. 145):

> [...] o fluxo de caixa tem como objetivo fundamental projetar entradas e saídas de recursos financeiros para determinado período, visando à necessidade de captar empréstimos ou aplicar sobras de caixa de modo seguro [...].

Sabe-se que uma das principais vantagens do fluxo de caixa é proporcionar condições para que os pagamentos e recebimento sigam métodos técnico-gerenciais e não fiscais, sendo considerado como um das principais ferramentas de avaliação e análise real de uma empresa, ajudando na percepção sobre o movimento de recursos em um determinado período, planejar os pagamentos em data correta para evitar a inadimplência, ficar com saldo de caixa para despesas eventuais, realizar aplicações após verificação do tempo de sobra de caixa, equilibrar saídas e entradas, e por fim analisar empréstimo com taxas de juros menores para possíveis necessidades.

A sua utilização como instrumento gerencial proporciona ainda que a empresa desfrute: um bom planejamento utilizando-o como base; uma visão de curto e médio prazo; um maior planejamento de investimentos; uma ampla capacidade de tomada de decisões.

Com o fluxo de caixa pode-se acompanhar as responsabilidades financeiras da empresa e se esta possui fundo de caixa suficiente para sanar suas obrigações ou ainda recorrer a empréstimos, se necessário. Assim vale ressaltar alguns conceitos importantes sobre o fluxo de caixa.

- **Elaboração do fluxo de caixa**

Segundo Zdanowicz (2004, 145) “[...] deverão ser discriminados todos os valores a serem recebidos e pagos pela empresa. Quanto mais especificado for o fluxo de caixa, melhor será o controle [...]”. A empresa tem de dispor de informações organizadas que permitam a visão das contas a pagar e a receber e dos desembolsos em geral, bem como de mapas auxiliares que vão expor a

periodicidade, consistência e relevância dessas informações que dependerá da forma da empresa, de seu porte, disponibilidade financeira e a sua complexidade operacional.

O fluxo de caixa é um instrumento de controle para o qual transforma os dados financeiros gerados em varias partes da empresa e por onde o gestor poderá programar suas compras e gastos bem como fixar prazos para vencimentos de suas dívidas em datas especificas garantindo assim os pagamentos dos mesmos sem desconto de duplicatas ou contratação de empréstimos bancários.

Devemos levar em conta a projeção de vendas, considerando as vendas à vista e a prazo da empresa, estimativa das compras e condições de pagamentos, levantamento dos créditos a receber de clientes, determinação da periodicidade do fluxo de caixa, orçamento dos demais desembolsos e ingressos de caixa para o período, conhecimentos das datas de entrada e despesas com data de vencimento, essas informações deverão ser as mais fieis possíveis, onde os seus responsáveis sejam conscientes da exatidão, confiabilidade e clareza quanto aos mapas de controle, responsabilidade das projeções e a data de entrega de dados, o treinamento e o comprometimento do pessoal envolvido na implantação do fluxo de caixa, a elaboração de um manual como referência e o perfeito controle de documentos bancários que terão a finalidade de apoiar a implantação do fluxo de caixa.

É de grande importância acreditar que as oscilações que eventualmente venham ocorrer podem alterar o resultado dos valores projetado onde será preciso fazer um ajuste dos mesmos indicando com isso a flexibilidade do fluxo de caixa, visando o aumento dos lucros, com um elevado grau de segurança, constituindo reservas para a empresa, obtendo uma maior liquidez nas aplicações dos excedentes não se esquecendo de fixar limites mínimos diários de caixa.

Na empresa em estudo, pode-se constatar que o fluxo de caixa mantém uma boa programação, ou seja, não existe grande divergência entre valores programados e realizados.

- **Fluxo de caixa previsto e realizado**

Um bom administrador tem como principal atividade a comparação entre o fluxo de caixa realizado e o fluxo de caixa previsto.

De acordo com Zdanowicz, (1992, p. 28) “o fluxo de caixa é o instrumento mais importante para o administrador financeiro, pois através dele, planeja as necessidades ou não de recursos financeiros a serem captados pela empresa”. Com base na situação econômico-financeira da empresa ele irá diagnosticar e pressupor os objetivos máximos de rentabilidade e liquidez para o período determinado.

O objetivo principal é poder antecipar o montante de recursos financeiros e as médias de entradas e saídas buscando um controle da situação real da empresa para podermos antecipar a que recorrer na busca de recursos para poder cumprir com eventuais necessidades financeiras o mais rápido possível, pois é através das médias de recebimentos e pagamentos diários que teremos a possibilidade de estabelecer uma previsão aproximada da situação real da empresa para uma tomada de decisões.

As empresas que mantém um fluxo de caixa previsto bem feito são as mais equilibradas financeiramente e devem apresentar também, as seguintes características:

a) Há permanente equilíbrio entre os ingressos e os desembolsos de caixa;
b) O capital próprio tende aumentar, em relação ao capital de terceiros;
c) A rentabilidade do capital empregado é satisfatória;
d) Menor necessidade de capital de giro;
e) Há uma tendência para aumentar o índice de rotação de estoques;
f) Os prazos médios de recebimentos e de pagamento tendem a estabilizar-se;
g) Não há imobilizações excessivas de capital, nem ela é insuficiente para o volume necessário de produção e de comercialização;
h) Não há falta de produtos prontos ou mercadorias para o atendimento das vendas. (ZDANOWICZ, 1992, p. 40)

O principal objetivo do fluxo previsto é informar como vai agir o fluxo de entradas e saídas de recursos financeiros em um período, podendo ser projetado em curto prazo buscando pontuar a escassez ou o excesso de caixa de recursos dentro de um curto período de tempo, planejando com isso uma aprimoração na política financeira com medidas para sanar as necessidades ou aplicar os excessos de caixa em longo prazo procurando buscar outras informações, como analisar a capacidade da empresa de gerar os recursos suficientes para pagar suas operações, determinar a necessidade de capital de giro no período, o índice de eficiência financeira da empresa que são os indicadores que mostram a relação entre as receitas bancarias e as despesas operacionais da instituição, e por fim determinar o nível da necessidade de capitais de terceiros.

- **Fluxo de caixa realizado**

Segundo Gitman (2001, p.88) ”[...] a demonstração dos fluxos de caixa permite ao administrador financeiro e a outras pessoas interessadas analisar o passado e possivelmente o futuro de caixa da empresa”. Sua principal finalidade é demonstrar como se comportam as entradas e as saídas de recursos financeiros da empresa em determinado período, proporcionando a capacidade de análise de tendência, servindo de base de comparação entre os dois fluxos, possibilitando identificar os motivos das variações ocorridas, se ocorreram por falha de projeções ou por falhas de gestão.

- **Análises de fluxo de caixa**

De acordo com Silva (2001, p. 26) “[...] a análise financeira serve para avaliar decisões que foram tomadas pela empresa em épocas passadas, bem como fornece subsídio para o planejamento financeiro, visando o futuro”.

É muito importante essas análises para a empresa, pois a mesma depende para a verificação passada do comportamento quanto aos investimentos que foram feitos e como deverá fazer os próximos financiamentos, se com recursos próprios, Finame ou com capital de terceiros e as formas de pagamentos dos mesmos. Observa-se se está se perdendo clientes ou não, a evolução das mercadorias produzidas dentro das empresas, isto é, se as mercadorias que produz são de qualidade e tem boa aceitação no mercado, se os prazos de pagamento não são menores que os de recebimento, falência de clientes e o consequente não pagamento dos boletos bancários, a desvalorização da moeda local e outros fatores aleatórios que possam surgir.

Temos dois tipos de analistas de fluxo de caixa, o analista externo que serve para analisar o fluxo de caixa de uma empresa e que segundo Silva (2001, p. 421) “[...] o analista externo à empresa não tem acesso aos por menores relativos ao caixa, exceto quando se trata de análise de um projeto em longo prazo [...]”, e o analista interno que faz parte do quadro de colaboradores e seria a pessoa que teria o conhecimento de todas as áreas e estaria apto a realizar a comparação dos fluxos previstos e realizados no dia a dia controlando assim a movimentação bancária com boletins diários de caixas e bancos, além do controle diário de pagamentos e recebimentos tendo por objetivo corrigir eventuais falhas, além do mais ele deverá ser desenvolvido de acordo com o ciclo operacional que é o período entre a data da

compra de matéria prima até o recebimento do cliente, o ciclo financeiro ou ciclo de caixa que é o tempo entre o recebimento das vendas e o pagamento ao fornecedor.

- **Formas de análise**

No que se refere às formas de análises, segundo Silva (2001), não é raro encontrar empresa em que a preocupação técnica é esmerada, com recursos técnicos adequados para projeção de valores e pouca (ou mesmo nenhuma) preocupação, mas abordagens são facilitadoras de processos e podem melhorar o entendimento do instrumento e sua melhor utilização. Como se pode perceber muitos aspectos da análise podem ser feitos concomitantemente, de maneira unificada, ou mesmo durante a montagem dos dados; entretanto, por uma questão meramente didática, a análise deve ser separada em análise de consistência, análise comparativa e análise de otimização (FREZATTI, 1997, p. 113).

As análises de consistência são as que nos dão possibilidade de verificar as consistências das informações se estão sendo corretamente interpretadas e utilizadas e os resultados alcançados, comparação dos resultados de vários períodos entre o previsto o realizado e o projetado e a adoção de um plano de contas detalhado, as análises comparativas tem como objetivo entender a evolução do fluxo de caixa entre períodos comparando o mês e ano atual com o mesmo período no ano anterior e a melhor maneira de se comparar os períodos seria fazendo a conversão em moeda forte (dólar) ou pelo ajuste da inflação, e por último as análises de otimização onde se costuma fazer questionamentos de como melhorar o saldo do fluxo. Somente depois de ter feito a análise comparativa podemos fazer a análise de otimização considerando que existe consistência no fluxo elaborado é possível alternativa que permitam a empresa obter os melhores resultados na geração de caixa (FREZATTI, 1997).

Ainda sob a ótica do referido autor durante a montagem de dados podem surgir questionamentos como: se o fluxo apresenta um longo tempo de saldo negativo onde o certo é a verificação o setor de vendas e compra da empresa para evitar a inadimplência dos clientes, verificar prazos de pagamentos, ou a antecipação de recebimentos, a principal função de se utilizar o fluxo é a amostra antecipada do superávit ou déficit possibilitando ao gestor tomar decisões antecipadas e como proceder.

A principal necessidade de fazermos o fluxo previsto e realizado é a analise dos fatos com antecedência, fazendo as comparações entre dois períodos iguais para acompanhar o comportamento da empresa, pois, dentro do processo decisório o fluxo de caixa diariamente atualizado e programado diminuiria consideravelmente os riscos de erros e a consequente falta de recursos, possibilitando investimentos com prazos de pagamentos condizentes com a realidade dos valores disponíveis no momento e a confiança nas informações prestadas, aumentaria consideravelmente.

Ainda de acordo com o mesmo autor poderia se estabelecer critérios de avaliação do fluxo onde a empresa deveria estabelecer metas de variação do fluxo de caixa realizado em relação ao previsto, por exemplo, se for diário a meta estaria num patamar menor de até 2,0%. Os responsáveis pela análise deveriam verificar quais as contas que exigem acompanhamento mais próximo; contas mais relevante em termos de saída de recursos; que tipo de controles e comparações deve ser efetuado para termos certeza que a geração de caixa projetada esteja certa e finalmente como agimos em caso de necessidade ou excesso de caixa.

- **Formas de melhoria do fluxo de caixa**

Como formas de melhoria na elaboração e programação de um fluxo de caixa, faz-se necessário seguir alguns critérios, tais como:

- Negociar antecipadamente os prazos de recebimentos e pagamentos para obter mais consistência no fluxo de caixa;
- Oferecer descontos para pagamentos antecipados, descontos esses já previstos na negociação, e já provisionados;
- Criar um sistema de cadastro eficiente, coletando o maior número de informações do cliente, até mesmo solicitar a outras empresas informações desse cliente evitando com isso a inadimplência;
- Usar sempre que possível, o sistema de permuta de serviços e mercadorias, isto é, se a empresa precisa fazer determinado serviço poderá permutar por mercadorias da própria empresa;
- Organizar os estoques, pois dinheiro gasto em estoques é dinheiro parado, sem rendimentos, reduzindo estoques ou não;
- Usar contratos de empréstimos bancários de longo prazo para fazer capital de giro como ACC, e contratos com entrega futura.

9 CONCLUSÃO

Considerando o presente estudo, conclui-se que a utilização de ferramentas de controle e registros financeiros como instrumentos de gestão nos empreendimentos de menor porte é extremamente relevante para o sucesso empresarial, e são imprescindíveis e grandes diferenciais, para as micro empresas que almejem não apenas, manter-se no mercado, mas estar à frente e preparadas para as dificuldades próprias do novo contexto econômico globalizado.

Constatou-se no decorrer deste estudo que o fluxo de caixa, mostrou-se como uma ferramenta estratégica para as empresas. No mercado atual, saber como vai à saúde financeira da empresa é imprescindível para a sua sobrevivência, fazendo com que esta almeje melhores resultados com retornos positivos.

No Brasil, a nova lei ordinária n. 11.638/07 estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Substituiu a Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) nas sociedades de grande porte. Essa alteração não abrangeu as empresas, mas nada impede que elas se apóiem nesse importante instrumento para ter real conhecimento de sua situação financeira, assim, refletindo melhor as informações sobre suas disposições monetárias, e tendo respostas mais rápidas e corretas na hora de tomarem as decisões.

O que se observa é que a contabilidade atual já não deve se limitar somente a manutenção dos livros fiscais e aos registros de fatos passados, os seus demonstrativos contábeis demonstram a situação econômica da empresa em certo período estático, fato este que leva a implantação e busca de novos métodos para a avaliação em tempo real.

O tipo de fluxo de caixa, a qualidade, sua destinação final e a periodicidade de sua elaboração, sendo imposta pela necessidade da empresa em particular, desde que a escolha permita uma melhor transparência da situação econômico-financeira.

O trabalho nos mostrou o tamanho da importância para o gestor financeiro, ter um domínio de todas as operações da empresa e de cada departamento, para poder assim avaliar as variáveis que interferem no fluxo de

caixa, usando-se das informações para uma análise apropriada. Com isso, conquistando o equilíbrio do fluxo de caixa, sendo possível o conhecimento do nível satisfatório de capital de giro, identificar os clientes inadimplentes, se identificando as contas em atraso e ao final do período, saber qual será o valor do saldo.

Como visto no estudo, a demonstração de fluxo de caixa oferece pelas simulações, que se visualizem as sobras ou faltas de caixa num período estabelecido, possibilitando aos administradores planejarem melhor as suas ações, auxiliando nas projeções de um futuro seguro para a empresa.

Há princípio elabora-se um fluxo de caixa projetado, através de informações auxiliares que servirão para compor o fluxo, sendo elas relevantes e que sejam confiáveis no qual deve ter valores especifico das entradas e saídas, após os pagamentos efetuados o fluxo de caixa deixa de ser projetado e passa a ser realizado. Dando sustentabilidade para a empresa fazer uma análise completa entre períodos.

Com análise de fluxo de caixa podemos identificar o ciclo de vida da empresa, ajudando o gestor quanto à previsão de liquidez que é a capacidade da empresa de gerar recursos para ter condições de quitar suas dívidas.

Por fim, entende-se que apesar de ser um instrumento de qualidade e de fácil compreensão, que permite mensurar e acompanhar de forma eficaz e transparente a realidade das instituições, a maioria dos pequenos e médios empresários deixa de utilizar esse precioso meio para tomada de decisões, passando assim uma desconfiança para o mercado, pois o fluxo de caixa é um indicador importante onde demonstra como a empresa conseguirá pagar seus compromissos e que as empresas que não usam correm um grande risco de não controlarem seus recebimentos e pagamentos gerando com isso uma instabilidade financeira o que indica que este pode ser o motivo dessas empresas suportarem a concorrência e fecharem suas portas em pouco tempo.

Observou-se também na programação que a empresa atualmente tem uma boa programação de fluxo de caixa, pois se comparado à variação entre o programado e realizado existe uma margem de erro menor que 1,5% ou seja, em dez/2013 a oscilação foi de 1,01% enquanto que em janeiro/2014 foi de apenas 0,98%, isto é, já pode constatar uma eficiência na elaboração do fluxo de caixa. A empresa Cia do Trigo até outubro de 2013 passou a utilizá-lo. Pode-se dizer que o

fluxo de caixa é um instrumento necessário e indispensável para qualquer empresa, pois este contribui na tomada de decisões financeiras da empresa.

O presente estudo procurou esclarecer e enriquecer os conhecimentos necessários sobre os conceitos do fluxo de caixa assim como, verificando se os recursos destinados à execução das atividades nas empresas estão sendo utilizados de forma correta e produzindo os resultados esperados, contribuindo para a boa gestão financeira e vida da empresa.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro.** 3.ed., São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Deliberação CVM Nº 547,** de 13 de agosto de 2008. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC Disponível em: http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli547.pdf. Acesso em 15 dez. 2013.

CAMPOS FILHO, Ademar. **Fluxo de caixa em moeda forte**: análise, decisão e controle. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

_____.**Demonstração dos fluxos de caixa**: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa. São Paulo: Atlas, 1999.

CARVALHO, A. Gledson. Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 33 (out/dez), 2001. Disponível em <http://www.econ.fea.usp.br/gledson/artigo.asp>. Acesso em 15 de nov, 2013.

CHIURCO, Carlos Alberto. **Gestão de caixa**: um estudo de caso da empresa Valor Econômico S.A. Rio de Janeiro. 2004. 103f. Dissertação. Mestrado em Gestão e Estratégia de Negócios. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

COELHO, Cláudio Ulysses F., BOTINI, Joana, WAEHNELDT, Anna B. de A. **Administração financeira.** Rio de Janeiro: Senac, 1997.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Atlas, 2006.

FORTUNA, W. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. 13. ed., Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

FRÓES, Oswaldo. **Cooperativas de educação.** São Paulo: Mackenzie, 2001.

FREZATTI, FÁBIO. **Gestão do fluxo de caixa diário**. São Paulo: Atlas,1997.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**; 13. ed., São Paulo: Harbra, 2001.

_____. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO ESTATÍSTICO. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil.**2003. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa /microempresa2003.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

LEME JÚNIOR, P. da. **Análise financeira das empresas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LOPES, J.C.; ROSSETTI, J.P. **Economia monetária.** 7. ed., São Paulo: Atlas, 1998.

LUNKES, Rogério João. **Manual de orçamento.** São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, José António Cardoso. **Análise financeira de empresas**: da teoria à prática. Porto: Associação da Bolsa de Derivados do Porto, 1997.

OLIVEIRA, Dílson Campos. **Manual como elaborar controles financeiros**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2005.

ROBBINS, O. R. **DFC e DVA demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado**. 2 .ed.São Paulo: IOB, 2006.

ROSS, Stephen A; JORDAM, Brandford D.; WESTERFIELD, Randolph W. **Princípios da administração financeira**. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa.** São Paulo: Atlas, 2001.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003 – 2005**: relatório de Pesquisa. Brasília: SEBRAE, 2007.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** 5.ed., São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, Antônio de. **Gerência financeira para micro e pequenas empresas**: um manual simplificado. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. **Compreenda as finanças de sua empresa**: introdução à análise das demonstrações contábeis. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

VITAL, Juliana. **Administração financeira** I. 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/28715467/1/Historia-da-Administração-Financeira>. Acesso em: 11 de jan. de 2013.

WESTON, J, Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. São Paulo: Person Makron Books, 2000.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de caixa**: uma decisão de planejamento e Controles financeiros. Porto Alegre: Luzzatto, 1992.

_____. **Fluxo de caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiro. 5. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

_____. **Fluxo de caixa**. 10 ed., Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário aplicado com a gerente proprietária

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome:
Cargo que ocupa:

II. DADOS SOBRE A PESQUISA:

1) Na empresa Cia do Trigo existia uma programação de Fluxo de Caixa?
( ) Sim ( ) Não.

2). Em caso afirmativo, informe qual a periodicidade da elaboração do Fluxo de Caixa.
( ) Semanal( ) Quinzenal ( ) Mensal

3) Por onde você começaria a estruturar sistema de fluxo de caixa da sua empresa.

4) Qual a influência do fluxo de caixa como instrumento de planejamento e controle financeiro:
( ) Positiva ( ) Negativa. Justifique:

5) De que forma o fluxo de caixa contribui nos processos de tomada de decisão da empresa?
( ) Positiva ( ) Negativa

6)Quais as vantagens do fluxo de caixa no auxílio à tomada de decisões nas micro empresas?

7). Na sua opinião, o fluxo de caixa é uma boa ferramenta gerencial?
( ) Sim ( ) Não. Justifique:

8) Qual o maior problema encontrado para a elaboração do Fluxo de Caixa?

9) O que significa pra você e sua empresa entender o fluxo de caixa em uma visão ao longo prazo?

10) Contando com uma significativa sobra de caixa, quais as opções de investimento que sua empresa estaria disposta a fazer?